

Juventude Alagoas

EDITORIAL

Nas duas últimas semanas o assunto mais debatido entre os estudantes da Ufal foi a presença, pela primeira vez na história da universidade, da Polícia Militar. No geral, aqueles que defendem a presença PM no Campus, afirmam que ela vai por fim aos assaltos ocorridos ultimamente.

Já os que se colocam contrários, afirmam que a presença da PM não resolve o problema, visto os altos índices apresentados fora do Campus, onde há tempos existe a atuação da Polícia Militar.

Acreditamos que é nossa obrigação, enquanto estudantes, nos informar antes de tomarmos algum posicionamento, seja lá qual for o tema em questão. Pelo menos é assim que deveríamos pensar, visto que, sem conhecimento sobre as coisas, tendemos a tomar posições que podem desembocar em situações desastrosas e, ao invés de resolvermos o problema, podemos piorá-lo.

Já que existem visões diferentes e o tema está revestido de polêmica e complexidade, resolvemos lançar este jornal com algumas reflexões sobre os índices de criminalidade, comparando os números da violência do país, os motivos que alguns especialistas em direito e segurança pública defenderem a desmilitarização da polícia e apresentar algumas soluções para o problema.



ÍNDICES DE HOMICÍDIO NOS ESTADOS BRASILEIROS EM 2010: ALAGOAS EM PRIMEIRO LUGAR E SÃO PAULO EM ÚLTIMO

Uma das principais argumentações utilizadas para defender a presença da Polícia Militar no Campus da Ufal é a de que a presença da PM impede os crimes. Afinal, quem poderia assaltar, ou até mesmo matar alguém, com um número cada vez maior de policiais militares? Ou então: se ainda existe criminalidade é por que ainda não se chegou a um número ideal de efetivo militar. A tese é: com mais policiais, menos violência. Assim, o inverso também se torna verdadeiro: menos policiais, mais violência.

SERÁ MESMO QUE ISSO É VERDADE?

Alagoas tem ganhado as capas de jornais do país e do mundo com a divulgação dos números da violência no Brasil. Isso porque, em 2010, o nosso estado foi considerado o mais violento da nação. Segundo os dados, foram 71, 3 mortes para cada 100 mil habitantes. Neste mesmo ano, o estado de São Paulo registrou 10,47 homicídios por 100 mil habitantes e foi considerado o menos violento.

Se seguirmos lógica “quanto mais policiais menos violência” o estado de São Paulo teria mais policiais do que o de Alagoas, por isso, foi constatado menos assassinatos. De fato, São Paulo tem mais policiais do que Alagoas. Aliás, muito mais: em 2010 eram 86.837 policiais militares e 30.311 policiais civis, totalizando 117.148 agentes policiais em SP. Já em nosso estado, eram apenas 8.066 policiais militares e 1.998 policiais civis, somando 10.054 agentes policiais em AL.

Para aqueles que não param um pouquinho antes de tirar as suas conclusões, estes números

comprovariam aquela tese: “quanto mais policiais, menos violência”.

No entanto, como sabemos que o caro leitor não se encaixa nesses “apressadinhos” que tiram as suas conclusões logo de cara, vamos olhar mais uma vez para estes números...

Se temos um número de 71,3 de homicídios para cada 100 mil habitantes em Alagoas e 10, 47 em São Paulo, por que não calculamos também o número de policiais considerando o número de pessoas dos dois estados? Acreditamos que, ao fazermos isso, teríamos um quadro mais condizente com a realidade. Vejamos: Alagoas tinha em 2010, um número de habitantes de 3.120.922. Visto que eram 10.054 policiais, tínhamos 1 policial para cada 310 pessoas.

Já no Estado de São Paulo, com uma população estimada em 39.924.091 habitantes e com um efetivo policial de 117.148 agentes tinha exatamente 1 policial para cada 340 pessoas.

Pelo que vemos, mesmo Alagoas tendo mais policiais do que São Paulo, proporcionalmente falando, ficou muito a frente em termos de violência. Poderíamos até considerar uma margem nesses índices que, um ano ou outro os números poderiam se inverter, mas, a diferença é grotesca! São 7 homicídios aqui para 1 ocorrido lá! É um número que transforma este argumento em uma piada – piada de muito mau gosto, temos que dizer!

Ainda que a presença da polícia (não necessariamente esta polícia militar que temos) afete os números de assassinatos, ela não é solução para o problema da violência na sociedade.

Ao que parece, o problema da violência é bem mais complexo do que ele parece ser, ou melhor, do que querem

que pensemos que ela deva ser.

Só neste ano, mesmo com todo o programa “Brasil Mais Seguro”, do governo federal em parceria com o governo estadual, que trouxe a força nacional e mais policiais às ruas, continuamos – só nos primeiros 4 meses deste ano – com um índice de 6,8 homicídios por dia, - segundo estudo recente, divulgado pelo economista Fábio

Guedes, da Faculdade de Economia (Feac), da Ufal.

Enquanto insistirmos nesses mesmos meios para resolver o problema, continuaremos vivendo numa sociedade marcada por medo e mortes. Infelizmente, estamos vivendo num estado onde a violência chega a ser maior do que em regiões que tem guerras declaradas. Restam-nos dois caminhos:

ou encaramos com seriedade esta alarmante questão, ou continuaremos reproduzindo o que os programas policiais sensacionalistas do horário do almoço dizem, deixando que a ferida seja cada vez mais aberta, fazendo jorrar mais e mais sangue da população alagoana - como se fosse coisa comum, que devemos aceitar como parte do nosso cotidiano.

A OCUPAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

PM NA UFAL: SEGURANÇA DE QUEM?

No dia 7 de maio, no período da noite, estudantes e professora do curso de Serviço Social, da Universidade Federal de Alagoas, foram assaltados dentro da sala de aula por dois homens armados. A notícia deste episódio repercutiu dentro e fora do campus e trouxe à tona um debate indispensável: **a segurança no âmbito acadêmico.**

A solução apontada pela Reitoria foi a instalação da Polícia Militar com rondas de carros e cavalaria. Mas, questionamos: até que ponto essa “solução”, sem debates e consultas, reflete os interesses da comunidade acadêmica? A segurança no ambiente universitário pode realmente ser garantida por uma instituição militar?

Se buscarmos no tempo, comprovaremos que a relação das universidades com a polícia militar é assombrosa. Não se restringindo a reprimir desumanamente os movimentos sociais, a força policial atacou e perseguiu professores, pesquisadores e estudantes das universidades brasileiras nos anos da ditadura. E nem precisamos ir tão longe: só no último ano tivemos ações brutais da PM nas Usp, Unifesp, Unicamp e Ufsc.

Essa polícia surgiu na ditadura militar, e continua sob chefia dos governos. É a mesma que cessa os direitos grevistas dos trabalhadores, a mesma que com seus cassetetes reprime os manifestantes nas ruas, a mesma que invade os bairros localizados nas periferias torturando jovens homens e mulheres pobres. A PM machista, racista e homofóbica, que prende, espanca e mata nas ruas, é a mesma que estará dentro da universidade!

Não queremos mais repressão e

perseguição! Estamos localizados num momento de constantes mobilizações de técnicos, professores e estudantes nas instituições e universidades federais, que reivindicam melhorias na precária situação do ensino público superior: aumento do quadro de professores, de seus salários, do número de comensais dos RUs, da construção e ampliação das bibliotecas setoriais e espaços de estudos etc. Ter a PM no campus nada mais é que acionar a repressão a essas reivindicações.

A PM E A COPA DO MUNDO

Fora dos muros da universidade, às vésperas de sediar a Copa do Mundo, a população contrapõe-se aos drásticos efeitos do evento – que já caem sobre os ombros dos trabalhadores, pobres e demais setores marginalizados – e vem se esbarrando com a Polícia Militar, que tem se apresentado com ilustre eficiência como aparato repressor, criminalizando movimentos sociais e deslegitimando *suas* lutas, que são **nossas**.

Uma evidência muito clara desse papel, que se exige da Polícia Militar, foi a recente determinação do Ministério Público Estadual para que ela encerre protestos e prenda manifestantes que obstruam vias no território alagoano. A decisão – do ponto de vista legislativo, sem pé nem cabeça – apoia-se na ilegalidade de bloqueios de vias públicas, que consta no artigo 5º; de forma

muito curiosa, o mesmo artigo também prescreve a garantia de livre manifestação à sociedade.

O procurador-geral de Justiça, Sérgio Jucá, argumenta que os manifestantes “transgressores” têm trazido, com frequência, complicações ao impedir que a população se desloque para trabalhar e resolver problemas cotidianos. É de grande ironia que as “complicadas” dificuldades, sob quais vivem os setores e categorias que se mobilizam, sejam deixadas de lado em seu raciocínio.

O arruinamento da saúde e a educação públicas, combinado com a exclusão causada pelos altos custos de eventos do lazer e do transporte coletivo, parece insignificante para a nossa benevolente procuradoria. Isso representa, de modo bastante nítido, para que lado pende a balança da Justiça do Estado: a qual classe interessa que os trabalhadores estejam amordaçados, sem voz para contestação política?

Seria mera coincidência que essa atitude do Ministério Público tenha se dado num contexto de efervescência nacional de movimentos de rua? Num momento em que se teme que a onda de protestos escorra Alagoas adentro?



DERRUBA, DERRUBA, DERRUBA O MURO: POIS COM ELE A UFAL NÃO TEM FUTURO

Para nós o problema da segurança na UFAL é por demais muito mais complexo do que parece acreditar a Reitoria, e de forma alguma deve ser encontrada sua solução na militarização do espaço acadêmico. É verdade que a dispersão geográfica tem como consequência direta o isolamento dos institutos.

Eles são bastante distantes e sofrem com má iluminação. Mas, por outro lado em resposta a esse péssimo planejamento é necessário avançar com as pautas do Movimento Estudantil: a segurança deve ser fruto da maior circulação no campus, com a “derrubada dos muros” que separam a universidade da comunidade que a circunda.

Na contramão dessa proposta nos chocamos com um piloto cego (Reitoria); com carteira de motorista Démodé; dirigindo um valioso veículo para o avanço da consciência social. Na contramão da democracia universitária essa “política da indiferença” por parte da gestão da UFAL fecha os olhos para elementos bem práticos presentes no cotidiano da universidade, entre eles, poderíamos elencar a iluminação, a frequência dos ônibus e circulares e uma reestruturação das experiências que “tivemos em algumas universidades federais brasileiras” da intitulada “Guarda Universitária”.

Essas, são ações simples e aparentemente pueris, mas que

melhorariam significativamente a segurança, sem necessariamente recorrer à força militarizada.

Nesse momento, o mais relevante seria exatamente transformar o ambiente universitário em centros de convivência com espaços de arte e lazer, praças, ruas e com outras diversas atividades socioculturais que venham possibilitar a segurança coletiva e individual.

É inadmissível em pleno século XXI que as universidades fechem suas portas para os setores considerados marginalizados pela sociedade. A tarefa que temos nesse momento frente à insegurança no campus é criar uma rede de articulações com os variados setores da nossa sociedade por via de intervenções políticas-sociais.

Desse modo, também não podemos deixar de enfatizar o quanto a Polícia Militar está despreparada para realizar abordagens, e antes disso, o problema da preparação na abordagem fosse apenas uma questão de treinamento, cursos ou especializações. Trata-se, pois, de algo mais profundo que se diz respeito justamente à constituição interna das forças militares. Contudo, como já sabemos: a questão da segurança pública não se reduz meramente a “caso de polícia”. É necessário se pensar ações políticas de curto, médio e longo prazo, ações essas que

tenham a capacidade de transformar esse estado de coisas que compõe a insegurança que perpassa todos os espaços da universidade, atingindo a todos. O desafio, portanto, é exatamente garantir a segurança de todos (as), a segurança coletiva, sem negar as liberdades individuais daqueles que vivem no mesmo ambiente universitário.

Desse modo, acreditamos ser urgente a Universidade se abrir para os bairros em seu entorno e construir conjuntamente suas redes de proteção social, pois, a ocupação da PM no campus significa tão somente um adiamento, um paliativo ou uma gambiarra burocrática, truculenta e autoritária que de modo algum resolve o problema, mas, apenas o transfere para fora do nosso tempo atual a possibilidade e necessidade real de resolvermos com criatividade a insegurança que nos cerca.



POR QUAL UNIVERSIDADE LUTAMOS?

Muito mais que um problema DE SEGURANÇA, na UFAL: o que está em jogo são distintos projetos de universidades...

A recente ocupação pela PM na Universidade Federal de Alagoas nos leva a uma reflexão que vai para além dos “assaltos” no Campus, apesar desses acontecimentos serem aspectos da realidade da vida acadêmica de estudantes, técnicos e professores. Em outras palavras, o que está posto não pode ser explicado somente pela falta de segurança. Sejamos mais atentos: o que está em jogo, mesmo que de forma

implícita, são diferentes concepções de universidades.

No momento em que professores, funcionários e estudantes manifestam seu repúdio contra a presença da Polícia Militar no Campus A. C. Simões, não desejam que a UFAL torne-se um espaço “acima das leis”, ou uma “ilha paradisíaca” imune às mazelas de nossa querida cidade, Maceió – a quinta mais violenta do mundo. É justamente o contrário disso que deseja a comunidade acadêmica, isto é: queremos que a UFAL se configure enquanto um espaço de criação de novas práticas, e à segurança pública nesse atual momento ganha o

corpo de objeto dessa nova elaboração.

A tentativa do Movimento estudantil e de professores de criar um debate de caráter democrático que possa gerar um conhecimento coletivo e inovador vem sendo negado. Consequentemente, a presença da PM vai na contra mão direta à esse potencial que todo espaço universitário tem pela sua própria natureza, pela sua diversidade de saberes. No sentido inverso e contra o florescer desse potencial, a Reitoria prefere usar cartas truculentas e autoritárias.

Nesse sentido, no momento em que dizemos que a presença da PM vem



sangrando a autonomia universitária, não queremos trazer com isso um mero discurso datado, uma mera alucinação, vestígios da ditadura. Antes, trata-se de uma preocupação preventiva e com efeito legítima, a despeito da intervenção da instituição Militar nos assuntos referentes à comunidade universitária. Tais como, a normatização da vida acadêmica e as opiniões políticas. Ressoa a isso os inúmeros processos administrativos que estudantes e trabalhadores sofrem, exatamente por resistir aos projetos dessa mesma gestão acadêmica, que está atrelada aos interesses neoliberais de privatizar e sucatear a universidade pública.

O PROCESSO DE SUCATEAMENTO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

Não é por uma mera questão administrativa, que a universidade se encontra como está. Há processos que evidencia cada vez mais, os distintos projetos de universidade. E estes processos, são oriundos principalmente de reformas educacionais que o Brasil vem passando desde a década de 70 e que vem desencadeando numa série de problemas: falta de assistência estudantil no seu sentido mais amplo, a privatizações- como é o caso dos HUs- . Colocando em xeque, o caráter social da universidade.

Nossas universidades de maneira geral, ainda se configuram como um instrumento de transformação social e estas são estruturadas no tripé que fundamenta esse caráter: Ensino, pesquisa e extensão. Contudo, o que vemos hoje, na prática, é o grande distanciamento da universidade destas questões. A universidade se apresenta como um espaço de interesses de uma minoria: a inserção do capital privado, nacional e internacional é que vem ditando as regras e quais as prioridades.

Com a introdução do neoliberalismo no Brasil, - década de 90 -, a educação, passou a ser alvo dos interesses dos grandes empresários. Em um momento de crise do *Welfare state* (*Estado de bem estar social*) nos países reguladores do capital, a saída encontrada para “superação” da crise, foi a mudança de “estado forte”, para “estado mínimo”. Porém, mínimo para os investimentos sociais! Os programas de expansão universitária são expressões concretas desses interesses.

De todas as medidas, a que mais materializa a Reforma Universitária é o REUNI. Com um discurso de ampliação das universidades federais, um olhar superficial pode ver nesta proposta a expansão das universidades, uma das principais reivindicações dos estudantes – mas não é!

Essa proposta de ampliação se dá de modo a não promover em conjunto com a expansão, qualidade de permanência e estrutura adequada, tanto para alunos, quanto para professores.

O que vemos são vários *campi* sem estruturas mínimas de estudo, sem políticas de assistência estudantil que garanta a permanência da maioria dos estudantes (nos polos do interior, da Ufal, há alunos que nem transportes têm, para se locomoverem para a universidade); o aumento do número de estudantes não corresponde ao número de professores, o que causa a lotação das salas de aula.

Em linhas gerais, o Estado permite o sucateamento da universidade para justificar a existência do privado – seja

em programas como o PROUNI, FIES ou pela inserção do capital privado –, gerando, assim, lucro através de setores que antes eram majoritariamente públicos, sendo a educação mais um desses setores.

O incentivo a pesquisa e a extensão tem diminuído e, quando ele existe, seus objetivos não correspondem às necessidades sociais das comunidades, porém às do grande capital.

Em Alagoas, a maior parte das pesquisas está relacionada à cana de açúcar, pois como diz o velho ditado: “quem paga a banda escolhe a música”, ou seja: é o financiador quem escolhe o tipo de educação necessária que será operacionalizada dentro do espaço acadêmico.

A resistência do movimento estudantil, professores e técnicos por uma universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada vem trazendo dificuldades ao acelerado processo de sucateamento da universidade.

Nesse contexto, a presença da PM cumpre o papel de intimidação aos que se opõem ao sucateamento da educação superior. Não se trata de um mero acaso que a instalação da PM no campus pela reitoria coincida com o momento em que técnicos e professores estão em luta por melhores salários e por condições dignas de trabalho.

Essas são mais algumas das razões que somos contra a presença da PM na universidade, pois ela não garante o fim da violência social que está presente no interior da universidade, nem está interessada em assegurar a infraestrutura e as condições de ensino, sua função é de apaziguar, por meios autoritários, as contradições que se manifestam na Ufal.

O ESPAÇO SOCIALISTA é uma organização formada por trabalhadores e estudantes para a intervenção na luta de classes e tem como objetivo o fim do capitalismo e a construção de uma sociedade socialista pautada nas decisões coletivas e não ditaduras. Consideramos que “a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores” (Marx) e defendemos a necessidade de elevação da consciência dos trabalhadores, resgatar os métodos da democracia operária, garantir a participação das bases na decisões, retomar a formação teórica e política, e combater a burocratização dos sindicatos e outros organismos de luta. Para conhecer melhor nossas idéias, visite www.espacosocialista.org ou envie uma mensagem para espacosocialista@hotmail.com. Venha conosco construir uma sociedade socialista!